



O TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO CAPITALISTA

Janaina Zildéia da Silva Paiva¹

RESUMO: Este artigo busca analisar as influências do sistema capitalista no mundo trabalho, principalmente no trabalho docente. Como as políticas neoliberais vão incidir na área educacional, com o Estado adotando a participação mínima nesse setor, direcionando investimentos e incentivando a ampliação da iniciativa privada nesse ramo. E a atuação docente se dará nesse contexto de incertezas, no qual esse profissional estará sujeito à lógica capitalista na sua rotina profissional, bem como, estará propício as injunções do mundo do trabalho quanto à flexibilização e precarização.

Palavras-chave: Capitalismo. Trabalho. Trabalho Docente.

ABSTRACT: This paper analyzes the influences of the capitalist system in the world work, especially in teaching. As neoliberal policies will focus in education, with the state taking the minimum participation in this sector, directing investments and encouraging the expansion of private enterprise in this business. And the teaching performance will take place in this context of uncertainty in which these professionals will be subject to capitalist logic in their professional routine as well, will be conducive the injunctions of the working world as the flexibility and precariousness.

Keywords: Capitalism. Work. Teaching Work.

¹ Assistente Social. Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas. Email: janainajzsp@ibest.com.br.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo busca evidenciar os reflexos da exploração do trabalho pelo capital, o qual incidirá diretamente em qualquer forma de trabalho, e principalmente no trabalho docente, o qual é o foco do nosso estudo. As metamorfoses que estão ocorrendo no mundo do trabalho têm acontecido em todo o planeta, isso em decorrência da globalização da economia e da mundialização do mercado, que irão favorecer para as mais diferentes nuances da questão social. Logo, a questão social também irá perpassar o trabalho docente.

Essas mudanças no mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo têm afetado todos os setores produtivos e de mercado, desde a redução do operariado industrial tradicional até um aumento significativo do trabalho assalariado no setor de serviços. Os trabalhadores estão cada vez mais sujeitos a precariedade do emprego e da remuneração, ou melhor, os direitos trabalhistas são cada vez menos respeitados.

Essas transformações pertinentes ao mundo do trabalho também repercutiram diretamente no trabalho docente, principalmente no ensino superior. Há uma precarização do ensino superior público, à transformação da educação em mercadoria, uma participação mínima do Estado na área educacional e a ampliação do setor privado nesse ramo. Podemos perceber uma política de estagnação nas instituições ensino superior públicas, por meio da redução orçamentária e na diminuição de concursos. E com o aumento de instituições privadas, esse vai ser um grande campo de absorção para os docentes, os quais estarão sujeitos a flexibilização e precarização nos regimes de trabalho.

O modo de produção capitalista se caracteriza pela exploração da força de trabalho, o qual será responsável por contribuir significativamente para as desigualdades sociais do mundo. E essa exploração do trabalho pelo capital irá gerar o que denominamos de questão social, que consiste nessas inúmeras desigualdades provenientes do capitalismo.

É notório como se tenta desvincular o sistema econômico da questão social, pois se o social fosse vinculado ao sistema econômico capitalista, logo este seria passível de mudanças. E não é isso que as classes dominantes almejam. Pelo contrário, elas tentam sempre manter as populações menos favorecidas sob controle

por meio das políticas redistributivas, com o intuito de não alterar a ordem econômica vigente.

Segundo Montañó (2012), a questão social é tratada como uma anormalidade própria do indivíduo, para que assim não se reconheça que o modo de produção capitalista é excludente, e o causador principal das desigualdades sociais do mundo. Sendo melhor culpabilizar o indivíduo por seus próprios insucessos, cabendo ao sujeito a responsabilidade pela resolução de seus problemas. E com isso se mantém o sistema econômico inalterado, já que cada um é culpado pela sua situação social. Todavia, também não podemos atribuir a culpa de todos os problemas sociais ao capitalismo, mas não podemos nos esquecer de que ele exerce uma influência enorme em todo os ramos da sociedade.

A questão social vem sendo enfrentada de maneira fragmentada e pontual pelo governo neoliberal, principalmente a partir da década de 90 com o governo Collor. Não se reconhece que a maioria das expressões da questão social são decorrentes do modo de produção capitalista. No qual uma minoria, os possuidores dos modos de produção, detém a parte mais expressiva da riqueza socialmente produzida, enquanto que a maior parte da população, a que possuía apenas a força de trabalho, vive à margem da pobreza.

Isso pode ser observado, segundo os indicadores sociais de 2002, lançado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o qual confirma que a desigualdade é uma característica marcante de nossa sociedade, pois a distância entre os extremos ainda é muito grande. De acordo com esses dados, 1% dos mais ricos da população acumula o mesmo volume de rendimento dos 50% mais pobres, e os 10% mais ricos ganham 18 vezes mais que os 40% mais pobres. Porém, isso terá um rebatimento direto em toda a sociedade, porque essa população menos favorecida está cada vez mais se avolumando, o que pode gerar uma situação de proporção insustentável.

Assim, percebemos que essa má distribuição de renda causada pela exploração da força de trabalho irá contribuir imensamente com as várias expressões da questão social. Logo, podemos perceber que o trabalho docente está intimamente relacionado à questão social, visto que, qualquer trabalhador que possua como instrumento de subsistência, apenas a sua força de trabalho, ele está propício a sofrer as injunções do sistema capitalista. O qual contribui sobremaneira

para as desigualdades sociais, principalmente com as situações decorrentes do trabalho precário ou pela falta do mesmo.

2. AS INFLUÊNCIAS CAPITALISTAS SOBRE TRABALHO DOCENTE

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho vão repercutir em todas as dimensões da sociedade, principalmente na classe que vende sua força de trabalho. E dentro desse contexto está o docente, que como qualquer outro trabalhador, precisa comercializar o único bem que dispõe para sua própria sobrevivência, que é sua força de trabalho.

De acordo com Ianni (1989), a divisão social do trabalho é responsável pela articulação e desarticulação das atividades produtivas, bem como, dos setores sociais. É responsável também pelas desigualdades e os antagonismos sociais. O trabalho estaria assim no cerne da questão social, pois ele é a condição essencial da vida humana. A maioria dos problemas sociais está diretamente relacionada ao trabalho, ou à ausência dele. Isso devido às redefinições do trabalho, como meio de produzir mercadoria e lucro, de ser vital para o indivíduo e para a sociedade, bem como, ser uma atividade que dignifica o ser.

As mudanças no mundo do trabalho trouxeram uma nova realidade para o trabalhador, como a ampliação do mercado informal, a crescente precarização do trabalho, o aparecimento de novas formas de trabalho provisório e a expansão do desemprego. No qual, grande parte desses fatores contribuíram significativamente para a exclusão social (WANDERLEY, 1997).

Segundo Wanderley (1997), essas alterações verificadas no mundo do trabalho têm contribuído para uma exclusão social de dimensões mundiais, ou melhor, vem se criando uma segregação social entre os países, e até mesmo, dentro dos próprios países. O desemprego estrutural, a precarização do trabalho estão aos poucos sendo naturalizados, o que colabora para a intensificação da vulnerabilidade social, ou até mesmo, da inexistência do social.

Para Antunes (2011), no mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo houve uma redução da classe operária industrial tradicional, mas concomitantemente ocorreu um aumento do trabalho assalariado, principalmente no

setor de serviços, esse fenômeno ele caracteriza como sociedade dual devido à essa contradição.

Na era moderna, a expansão do desemprego estrutural é o mais cruel dessas transformações ocorridas no mundo do trabalho, e atinge todo o planeta. Ao se reduzir o operariado industrial e fabril, ocorre uma ampliação do trabalho parcial, temporário, precário, subcontrato, terceirizado, ou melhor uma subproletarização (ANTUNES, 2011).

A questão social está imbricada com o trabalho, ou seja, as transformações que ocorrem na área do trabalho vão influir diretamente nas várias expressões da questão social. Em decorrência da flexibilização e da precarização do trabalho, esses fatores têm contribuí de forma significativa para o agravamento da mesma (WANDERLEY, 1997).

Quando as relações de dominação se sobrepõem ao homem, o trabalho se transforma em simples meio de subsistência, em uma atividade cujo único sentido é garantir a sobrevivência física. Na sociedade capitalista, caracterizada pelas relações de dominação, pela divisão social do trabalho e pela divisão de classes, o trabalho tende a ser alienado (BASSO, 1998).

A sociedade capitalista é caracterizada pela seguinte questão “a atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos [...]” (ANTUNES, 2011, p.50).

E essa metamorfoses do mundo do trabalho também vão incidir sobre o trabalho docente, visto que a educação foi uma das áreas onde ocorreu intenso investimento da iniciativa privada. Além de uma transferência significativa de serviços e orçamento público para a esfera privada. Logo, o trabalho docente sofrerá com essas mudanças.

Segundo Basso (1998), o trabalho do professor se torna alienado quando seu sentido não corresponde ao conteúdo previsto dessa atividade. Quando o sentido do trabalho docente é apenas o de garantir a sobrevivência por meio do salário, perdendo a real significação da profissão. O significado da docência é de fazer a mediação entre o aluno e os instrumentos culturais visando ampliar o entendimento da realidade.

De acordo com Basso (1998), a alienação do trabalho docente compromete a qualidade do ensino devido à ausência das condições efetivas de trabalho, como por exemplo, os recursos físicos das instituições, da duração da jornada de trabalho, tipo de contrato de trabalho, salário, etc. É difícil para um professor desenvolver um trabalho interessante para ele próprio e para o aluno, se ele ganha mal por uma jornada de trabalho exaustiva, não dispõe de tempo suficiente para preparar as aulas e corrigir os trabalhos, e muito menos de se atualizar. Essa alienação ocorre pela reprodução mecânica da atividade docente, e também pelo impedimento de crescimento individual do professor.

De acordo com Leda (2006), para a sociedade de acumulação flexível, a educação é operacional ao capital, como qualquer outro tipo de mercadoria. O mercado educacional imprime a ideia de que se o trabalhador possuir uma formação superior, ele terá mais oportunidades no mundo do trabalho. É nesse contexto permeado de controvérsias que o trabalhador docente tem exercido suas atividades, tendo que enfrentar a flexibilização dos direitos trabalhistas, a precarização das condições de trabalho, e também sofrendo com as exigências de níveis elevados de qualificação.

Todavia, essas mudanças do mundo, também incidem no trabalho docente, e não se caracterizam apenas pela flexibilização das relações contratuais, mais também ocorreram transformações na rotina do trabalho acadêmico, tanto no ensino, pesquisa e extensão.

Segundo Duarte e Augusto (2007), são inúmeras as condições de precarização do trabalho docente, como, carga horária de trabalho extensa e intensa, as jornadas duplas ou triplas em outros espaços de trabalho, o elevado número de alunos nas turmas, a instabilidade do corpo docente, os baixos salários, dentre outros de ordem material.

Foi durante o período fordista e o Estado Keynesiano, na Europa, que a teoria do Capital Humano difundiu a ideia de que cada indivíduo deve investir em sua formação educacional para assegurar uma melhor inserção e remuneração no mercado de trabalho, pois uma melhor capacitação representava um aumento na produtividade. Ainda na Europa, durante o período toyotista nas décadas de 80 e 90, a escola adquire o papel de formação para o emprego e fortaleceu a função

econômica da educação para a competitividade das economias globalizadas (LEDA, 2006).

No atual estágio do capitalismo, sob as diretrizes neoliberais, a educação passa à condição de mercadoria, e com o Estado investindo cada vez menos na educação superior, isso irá acarretar uma forte privatização desse setor. Com a privatização do ensino superior vamos ter um aumento significativo na quantidade de docentes, todavia, estes estarão empregados em regime de contratação precária, com condições de trabalho também precário e informal.

Com a redução de investimento nas instituições de ensino público e com o estímulo dos governos para a multiplicação de instituições de ensino privado. O docente vai ter que se adaptar a essa realidade, caso seja ele de uma unidade pública vai acabar se adequando a mercantilização da produção acadêmica, caso seja da iniciativa privada estará sujeitos a perdas de alguns direitos trabalhistas.

A pressão em torno da quantidade de produção pode levar ao comprometimento da qualidade dessas produções, porém o professor acaba caindo nas armadilhas do capital, no qual tudo é em função do lucro, além de estimular a competição entre os docentes, o que acaba gerando um clima tenso no ambiente de trabalho. É a produção científica transformada em força produtiva, onde aqueles que a detêm ocupam posições privilegiadas no mercado de trabalho. O docente perfeito para a atualidade deve ser um misto de cientista e corretor de valores para as instituições de ensino, ou seja, ele produz para seu próprio engrandecimento e para dar visibilidade ao órgão ao qual possui vínculo empregatício (LEDA, 2006).

Um exemplo bem claro dessas mudanças ocorridas no âmbito docente foi no governo Fernando Henrique Cardoso, o qual instituiu a Gratificação de Estímulo à Docência – GEAD, na qual parte substantiva da remuneração do docente irá depender de sua produtividade individual. Essa nova gratificação foi um instrumento que induziu mudanças na prática docente, no qual o valor da gratificação dependerá de um sistema de pontuação que serve como parâmetro para avaliar à atuação docente. Essa ferramenta intensifica o trabalho docente e aumenta o número de alunos por professor (MANCEBO, 2010).

Quando a docência no ensino privado representa a única fonte de salário, isto conduz esse profissional a uma rotina de deslocamentos intensos para dar conta de uma jornada diária intensa, muitas vezes em mais de uma instituição. Isso ocorre

devido ao baixo valor da hora-aula paga a esses trabalhadores, além da insegurança causada pelos contratos temporários. O docente é dominado pelo poder do cliente, com a perda de sua autonomia, em salas superlotadas, os conteúdos devem ser de fácil assimilação para que não haja reprovação, pois o cliente é o pagador de seu salário, o que traz consequências para ambas as partes. Pois, o docente se anula pela sua sobrevivência e o aluno paga por uma semiformação, acreditando que ela é sua porta de entrada no mercado de trabalho, onde nesse duelo, ambos são perdedores, porém há um ganhador imbricado nessa ardilosa armadilha, que é o capitalismo (LEDA, 2006).

As reformas neoliberais dos anos 90 afetaram as representações do trabalho, principalmente no interior das instituições educacionais. Os docentes tiveram um aumento na quantidade de trabalho, que vai além das aulas, orientações, publicações, projetos, patentes, apresentações e participações em eventos, dentre outros. Com a redução dos recursos federais, os docentes acabam tendo que recorrer aos editais dos órgãos públicos de fomento à produção científica, o que acirra a competição entre os docentes. No entanto, a maioria desses editais direcionam recursos para pesquisas e estudos que potencializam a reprodução do capital (MANCEBO, 2010).

O docente pesquisador se transforma num empreendedor, no qual ele passa a adequar sua produção intelectual aos editais. Isso intensificará significativamente o seu trabalho, principalmente na pós-graduação, além de torna-lo altamente competitivo. O mais importante é o montante que o docente consegue agregar ao seu salário e para a instituição. Tendo maior valorização na instituição o docente mais produtivo e competitivo (MANCEBO, 2010).

Como podemos perceber essa mercantilização da produção acadêmica para a captação de recursos pode comprometer a capacidade crítica das produções de conhecimento. Porque as pesquisas acabam sendo condicionadas, ou melhor, direcionadas de acordo com a proposta dos editais das agências de fomento. Isso acaba cerceando a criatividade do docente.

No mundo do trabalho, na fase atual do capitalismo, a classe trabalhadora vive em um clima de medo, desamparo, ansiedade e incertezas, geradas pela dominação do capital, a qual é propagada pela ameaça constante do desemprego, da redução salarial, da retirada de direitos conquistados, enfim pelo processo de

alienação do trabalhador. O mercado tem exigido dedicação exclusiva ao trabalho profissional, seja para ser admitido ou para permanecer nos empregos. O que tem ocorrido é uma enorme valorização do trabalho, para se alcançar o tal almejado sucesso, para isso, tem-se colocado a vida familiar e social em segundo plano. Por isso, a necessidade permanente de se buscar a qualificação na tentativa de garantir empregabilidade (LEDA, 2006).

Assim, torna-se primordial a defesa pela centralidade do trabalho, pelo trabalho digno do docente no ensino superior, e o respeito pela sua importante função na construção do ser humano mais crítico. Tendo a pesquisa científica como ferramenta capaz de encontrar soluções para as necessidades da população e não somente a favor dos interesses do grande capital.

CONCLUSÃO

Entende-se que o pleno desenvolvimento econômico dos países é em decorrência da exploração da maioria da classe trabalhadora, a qual possui apenas a sua força de trabalho para

vender. Enquanto que os donos dos meios de produção só lucram cada vez mais, pois o grande exército de reserva favorece ao capitalista, pois este acaba pagando salários irrisórios em virtude do quantitativo de força de trabalho sobran-

E essa exploração do trabalho ocorre nas mais diversas áreas, como podemos ver essa precarização e flexibilização do trabalho se dá até em áreas onde o trabalhador possui mais qualificação. Por exemplo, o trabalho docente, no qual esse profissional possui uma qualificação diferenciada. E isso já não assegura a inserção desse profissional no mercado de trabalho, e muito menos de um trabalho digno, no qual os direitos trabalhistas sejam respeitados.

Na sociedade capitalista, o que vemos é um desrespeito a classe trabalhadora, e o docente faz parte desses profissionais. Como um profissional que é responsável pela formação de novos profissionais tem condições de prestar um serviço de qualidade, se ele enquanto profissional não é valorizado pelo serviço que oferta a sociedade? Isso decorre de uma das características do capitalismo, o qual transforma as pessoas em meras mercadorias. Daí surgem as desigualdades

sociais, visto que, a maior parte dos trabalhadores são quase sempre desvalorizados.

Precisamos que trabalho docente seja valorizado, pois como queremos um país melhor, mais justo, se a base para tal sustentação está na educação. Todavia, como assegura um direito constitucional, que é a educação pública, gratuita e de qualidade em meio a uma sociedade capitalista. Na qual, a única coisa realmente importante é lucro desmedido.

Enquanto houver uma sociedade dividida em classes, e uma classe se sobrepôr a outra de forma excludente e coercitiva, através da exploração do trabalho, dos desrespeitos aos direitos já conquistados, estamos muito longe de conquistarmos a democracia. Pois, o capitalismo acaba sendo um entrave à cidadania plena. Visto que, a cidadania estabeleceria o direito à todos ao trabalho, e em condições que assegurem não só a subsistência, mas que também em condições dignas e que possa ser considerado uma forma de inclusão social.

Diante do exposto, podemos perceber que a sociedade capitalista contribui significativamente para as inúmeras expressões da questão social, a qual podemos ver muitas de suas expressões no trabalho docente. A prioridade na sociedade capitalista é sempre o desenvolvimento econômico, enquanto o social fica em último plano. O que vemos é que ainda estamos bem distante de uma sociedade mais igualitária, mais justa, que assegure os direitos do cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Corte, 2011.

BASSO, Itacy Salgado. Significado e sentido do trabalho docente, 1998. Disponível em: < www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext>. Acesso em: 30 de out. 2013.

DUARTE, Adriana; AUGUSTO, Maria Helena. Trabalho docente: configurações atuais e concepções. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/03.pdf>. Acesso em: 25/10/2013.

IANNI, Octavio. Questão Social. Revista USP. São Paulo, set/out/Nov, 1989, p.145-154.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Síntese de Indicadores Sociais confirma as desigualdades da sociedade brasileira. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/12062003indic2002.shtm>>. Acesso em: 23/11/2014.

LEDA, Denise Bessa. Trabalho docente no ensino superior sob o contexto das relações sociais capitalistas. In: João dos Reis Silva Jr.; João Ferreira de Oliveira; Deise Mancebo. (Org.). Reforma Universitária: dimensões e perspectivas. 1 ed. Campinas: Alínea, 2006, v. , p. 73-87.

MANCEBO, Denise. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. Revista Portuguesa de Educação, 2010, p. 73-91.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. Serviço Social & Sociedade. [online]. 2012, n.110, p.270-287.

WANDERLEY, Luiz E. W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: BOGUS, L.; YASBECK, M. C. & BELFIORI-WANDERLEY, M. (Org.). Desigualdade e a Questão Social. São Paulo: EDUC, 1997, p. 55-156.